



PROMUNDO

OAK
FOUNDATION

**HOMENS, MULHERES E A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM QUATRO CIDADES DO BRASIL**

RESULTADOS DE UM ESTUDO QUALITATIVO E QUANTITATIVO

AUTORES

MÁRCIO SEGUNDO

MARCOS NASCIMENTO

DANIELLE ARAÚJO

TATIANA MOURA

**HOMENS, MULHERES E A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM QUATRO CIDADES DO BRASIL**
RESULTADOS DE UM ESTUDO QUALITATIVO E QUANTITATIVO



PROMUNDO

JUNHO_2012

2012_INSTITUTO PROMUNDO

Rua México, 31, sala 1502,
Bloco D - Centro,
Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-904
55 [21] 2215.2653
www.promundo.org.br

PRESIDENTE DO CONSELHO
Pedro Daniel Strozenberg

DIRETOR INTERNACIONAL
Gary Barker

DIRETORA EXECUTIVA
Tatiana Moura

COORDENADOR DA ÁREA DE PESQUISA E AVALIAÇÃO
Márcio Segundo

FINANCIAMENTO
Oak Foundation

SUPERVISÃO
Gary Barker, Marcos Nascimento e Tatiana Moura

PESQUISADORES
Márcio Segundo e Daniel Lima

ASSISTENTE DE PESQUISA
Danielle Araújo

ESTAGIÁRIOS
Felipe Viana e João Dutra

AMOSTRA RIO DE JANEIRO
Lúcia Santos

CONSULTORAS
Christine Ricardo, Valéria Rocha e Raquel Gomes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Mórula Oficina de Ideias
morulaideias.com.br

SUGESTÃO DE CITAÇÃO
Segundo, Márcio; Araújo, Danielle; Nascimento, Marcos; Moura, Tatiana. (2012) "Homens, mulheres e a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) em quatro cidades do Brasil: resultados de um estudo qualitativo e quantitativo", pesquisa realizada por Promundo.: Instituto Promundo

Este documento poderá ser reproduzido no total ou em parte sem a autorização do Promundo, desde que haja citação completa da fonte e a reprodução não tenha fins comerciais.

Homens, mulheres e a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) em quatro cidades do Brasil: resultados de um estudo qualitativo e quantitativo / Organizadores: Nome Autor, Nome Autor. – Rio de Janeiro : Promundo, 2012.

112 p. ; 21 cm

ISBN 978-85-98881-03-4

1. Gênero 2. Masculinidades. 3. Ciências Sociais. I. Sobrenome, Autor. II. Sobrenome, Autor. II. Título.

CDD 338.476213

AGRADECIMENTOS

Os autores e autoras agradecem aos homens e mulheres das quatro cidades que participaram da pesquisa – Florianópolis/SC, Natal/RN, Itaperuna/RJ e Rio de Janeiro/RJ –, bem como as pessoas e organizações que colaboraram na implementação do estudo, a saber: Anna Flora Werneck (*Childhood Brasil*), Camargo Corrêa, Casa Chico Mendes (Florianópolis/SC) e Secretaria de Ação Social de Natal/RN. Agradecemos aos revisores do relatório os comentários e sugestões, em particular a Gary Barker, Jane Kato e Simone Gomes. Também aos pesquisadores Christine Ricardo, Daniel Lima e André Sobrinho, por suas preciosas contribuições e a todos os membros da equipe do Instituto Promundo.



A **Oak Foundation** utiliza os seus recursos de forma a abordar temáticas sociais e ambientais globais, particularmente questões que impactam na vida de populações mais desfavorecidas.

De forma geral, cada programa tem sua área de concentração, todavia, a Oak Foundation adere a seis princípios de financiamento. Estes incluem financiar iniciativas que:

- Lidam com as causas que estão na raiz dos problemas;
- São replicáveis tanto em um setor como em diferentes regiões geográficas;
- Incluem planos para a sustentabilidade a longo prazo;
- Possuem co-financiamento assegurado;
- Buscam a colaboração de organizações com princípios semelhantes;
- Valorizam a participação das pessoas (incluindo crianças) e comunidades.

www.oakfnd.org



Fundado em 1997 e com sede no Rio de Janeiro, o **Promundo** é uma organização não-governamental brasileira sem fins lucrativos que busca promover a igualdade de gênero e o fim da violência contra mulheres, crianças e jovens.

O Promundo realiza pesquisas sobre causas subjacentes à violência e sobre igualdade de gênero e saúde; implementa e avalia programas que buscam promover mudanças positivas nas normas de gênero e nos comportamentos de indivíduos, famílias e comunidades; e realiza *advocacy* pela integração dessas iniciativas e da perspectiva da igualdade de gênero em políticas públicas.

Além do escritório do Rio de Janeiro, o Promundo conta, desde fevereiro de 2011, com o escritório nos Estados Unidos, localizado em Washington, DC, que coordena a área de *advocacy* internacional e as atividades de projetos fora do Brasil.

www.promundo.org.br

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	09
INTRODUÇÃO	11
Marco teórico e legal sobre a Exploração Sexual Comercial de Crianças Adolescentes (ESCCA)	12
O ESTUDO	15
Considerações éticas	15
Populações do Estudo	15
Metodologias	17
RESULTADOS	21
Características Sociodemográficas	21
Os homens e o “mercado do sexo”	22
Homens e suas relações sexuais com “prostitutas	22
Fatores associados à ESCCA	25
Participação das crianças e adolescentes na ESCCA	27
Leis que penalizam a prostituição e a ESCCA	29
Homens entrevistados e relações sexuais com adolescentes	30
Uso da internet para fins sexuais	33
Homens e meninos na “prostituição”	34
Atitudes de gênero	35
QUESTÕES PARA REFLEXÃO E RECOMENDAÇÕES	37
BIBLIOGRAFIA	41

SUMÁRIO EXECUTIVO

O enfrentamento à violência sexual, abuso sexual, turismo sexual e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA)¹ tem contado com os esforços da sociedade civil e do Estado brasileiro para que a efetivação dos Direitos da Criança e do Adolescente seja uma realidade.

O fenômeno da ESCCA envolve fatores culturais, sociais, econômicos, políticos e legais. Aspectos relacionados com subjetividade, cultura, valores, normas e representações sociais ligam a ESCCA a outros aspectos da vida social mais ampla. O reconhecimento da influência de determinantes sociais ligados ao campo da cultura e dos valores, embora ainda com pouco efeito em políticas intersetoriais, torna-se um passo importante na mobilização social para o enfrentamento da ESCCA.

Com intuito de contribuir para esse debate, o Promundo, com o apoio da Oak Foundation, realizou um estudo para mapear e compreender as percepções de homens e mulheres sobre a ESCCA em quatro cidades do Brasil, procurando entender em que medida as atitudes de homens e mulheres contribuem para sua perpetuação.

Dos 602 entrevistados no Rio de Janeiro, 14% responderam que já haviam tido relações sexuais com menores de 18 anos. Quase metade dos homens que afirmam já ter se relacionado sexualmente com meninas entre 12 e 17 anos afirma que essa relação foi uma forma de se sentirem jovens. Além disso, a porcentagem de homens que afirmaram ter amigos que já tiveram relações sexuais com adolescentes é mais do que o dobro entre os entrevistados que já tiveram relações sexuais com adolescentes. Esses resultados podem nos levar a inferir que há uma pressão de pares que pode influenciar outros homens a terem relações sexuais com adolescentes.

1. Ao longo deste documento será utilizada a sigla ESCCA para se referir à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.

O estudo revela também que no que diz respeito à prática de relações sexuais com adolescentes com menos de 18 anos, as crianças e adolescentes são responsabilizados pelo sexo comercial e o seu comportamento é moralmente condenado: 41% dos homens do Rio de Janeiro e 46% das mulheres afirmaram que consideram o ato como “prostituição adolescente” e não exploração sexual. Nesse ponto chama atenção que a prática da ESCCA parece estar ligada a uma “disponibilidade” da adolescente para o sexo comercial.

A participação de jovens adolescentes no sexo comercial, por outro lado, foi absolutamente criticada por homens e mulheres. Porém, o fator que delimita é o etário. A maioria condenou homens que têm sexo pago, comercial, com adolescentes com idades compreendidas entre 12 e 14 anos, responsabilizando os homens que abusam delas. Expressões como “animal”, “louco” e “doente” foram recorrentes para caracterizar homens que têm relações sexuais com meninas dessas idades. Além disso, foram feitos muitos paralelos entre estas crianças e as crianças com quem convivem (irmãs e filhas).

Quando a questão foi sobre a situação dos meninos adolescentes prostituídos, percebeu-se uma maior intolerância ou uma tendência maior para “culpar a vítima”. O peso da culpabilização em relação a esta prática recai sobre os meninos e não sobre o governo ou os operadores – indicando uma clara diferença entre a percepção de meninas enquanto vítimas e meninos com capacidade de decisão sobre a sua participação em sexo comercial.

Simultaneamente, esses resultados nos levam a afirmar que, em termos legais, há um amplo reconhecimento de que as crianças e adolescentes devem ser protegidos de todas as formas de abuso e exploração sexual. Há uma cobrança por parte dos entrevistados para que a legislação se faça cumprir e incorpore artigos e dispositivos que punam homens adultos que praticam sexo com crianças e adolescentes.

Outro resultado interessante do estudo é o fato de muitos homens que disseram ter mantido relações sexuais com adolescentes menores indicavam a existência de uma relação com a adolescente (na maioria do sexo feminino), procurando atribuir um maior grau de intimidade à relação e assim tentar minimizar a exploração ou mesmo a culpa. Isso reflete a enorme ambiguidade sentida pelos homens em torno desta prática, possibilitando um ponto de entrada para a prevenção.

O estudo sublinha a necessidade de capacitar profissionais da saúde, da educação e membros do sistema de justiça e legal sobre atitudes e práticas de adultos que exploram sexualmente crianças e adolescentes, bem como a necessidade desses profissionais refletirem sobre as suas próprias atitudes em relação à prática.



Introdução

A utilização de crianças e adolescentes em “sexo comercial” constitui uma das práticas mais permissivas e normalizadas de violência no Brasil. Segundo dados divulgados pelo governo federal², as denúncias de exploração sexual comercial de crianças ocorrem em 2.798 municípios brasileiros, sendo que a região Nordeste representa o maior número de municípios onde esses casos são denunciados (34%), seguida pelo Sudeste (30%), Sul (18%), Centro-Oeste (10%) e Norte (8%). Dados do Disque Denúncia Nacional³ (Disque 100), no período compreendido entre 2005 e 2010, revelam que foram reportados 25.175 casos de exploração sexual contra crianças e adolescentes. Entre as capitais, o ranking de cidades com maior número de denúncias foi liderado por Salvador/BA, seguida por Rio de Janeiro/RJ, Fortaleza/CE, São Paulo/SP e Natal/RN. Estes dados podem ser sub-representativos, considerando as características e estigma próprios deste tipo de violência.

O reconhecimento pelo Estado brasileiro da prática da ESCCA como problema nacional ocorreu em 2002, com a criação do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – atual Secretaria de Direitos Humanos. Apesar de constar na agenda de prioridades do Estado brasileiro, há escassez de pesquisa (além do registro das denúncias) sobre as atitudes e práticas de adultos em relação à ESCCA.

Este estudo, que contou com o apoio da Oak Foundation, procura preencher essa lacuna, coletando dados sobre as atitudes e práticas de adultos

2. Disponível em: <<http://www.sedh.gov.br/>>. Acesso em 20 de setembro de 2011.

3. Serviço de recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes sob coordenação do governo federal.

em relação à ESCCA em três estados brasileiros. A pesquisa qualitativa foi levada a cabo entre abril e setembro de 2009 em Florianópolis, Itaperuna e Natal. A pesquisa quantitativa foi realizada em Natal e no Rio de Janeiro, entre setembro e dezembro de 2010.

Na construção da metodologia utilizamos as seguintes definições para os termos e conceitos aplicados na pesquisa⁴:

VIOLÊNCIA SEXUAL	Prática de atividades sexuais abusivas por meio de violência. No caso das crianças e adolescentes essa violência ocorre por meio de sedução, ameaça, chantagem ou força.
ABUSO SEXUAL DE MENORES	Uma ação em que o adulto, com o objetivo de obter satisfação sexual, se envolve em condutas sexualmente explícitas com a criança ou adolescente, com ou sem a permissão do vitimado. O adulto pode ou não recorrer ao uso da força, ameaça, sedução ou aliciamento com presentes para alcançar o seu objetivo.
ESCA E ESCCA	Exploração sexual (e comercial) de crianças e adolescentes consiste na utilização de crianças e adolescentes em atividades sexuais, como a exploração no comércio do sexo, a pornografia infantil ou a exibição em espetáculos sexuais (públicos ou privados).
PORNOGRAFIA INFANTIL	Qualquer representação de uma criança envolvida em atividades sexuais simuladas ou explícitas, ou de seus órgãos genitais para propósitos sexuais.
TURISMO SEXUAL	Excursões turísticas que buscam prazer sexual. Este tipo de turismo não se limita a estrangeiros e frequentemente envolve o agenciamento de crianças e adolescentes para oferta de serviços sexuais.

MARCO TEÓRICO E LEGAL SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

De acordo com a Agenda de Ação de Estocolmo (1996), a ESCCA é todo tipo de atividade em que as redes, usuários e pessoas usam o corpo de uma criança ou adolescente para tirar vantagem ou proveito da sua sexualidade baseado em uma relação de exploração comercial e poder.

Em outras palavras, é “a violação fundamental dos direitos. Abrange o abuso sexual por parte do adulto e remuneração em dinheiro ou em espécie para a criança/adolescente ou para um terceiro ou várias pessoas. A criança ou adolescente é tratada como objeto sexual ou mercadoria. A exploração sexual constitui uma forma de coerção e violência contra a infância e adolescência, equivale a trabalho forçado e constitui uma forma contemporânea de escravidão” (OIT/IPEC, 2007)⁵.

4. Para mais informações ver: Barker, G. e Ricardo, C. (2007); Fonseca, V. (2008). Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes (2000) e Save the Children Europe Group (2005).

5. Disponível em: <<http://www.oit.org.pe/ipecc/pagina.php?seccion=63&pagina=284>>. Acesso em 12 de abril de 2011

Segundo Guadamuz e Calvo (2002), as causas para a ESCCA são de natureza multivariada. Do ponto de vista estrutural, a pobreza, a desigualdade social e a falta de controle dos espaços público e virtual, além do ceticismo sobre a eficácia do cumprimento da lei que a previna ou contribua para o seu fim são fatores que propiciam este tipo de exploração. As condições familiares – nomeadamente violência familiar, maus tratos, abandono e experiências sexuais inapropriadas ou abusivas em casa durante a infância – estão também relacionadas com a ESCCA, do ponto de vista dos fatores individuais e familiares.

Além dessa multicausalidade complexa, esse tipo de exploração tem uma diversidade de consequências para as vítimas, atingindo-as nas várias esferas das suas vidas (Silva, 1998). Danos físicos, gravidez não planejada, infecções, perda de autoestima, desconfiança e humilhação poderiam ser citados como algumas delas. Vale ressaltar que essas consequências não são apenas imediatas e momentâneas: frequentemente se tornam questões de longo prazo para as vítimas de traumas.

A legitimação e perpetuação deste tipo de violência são frequentemente sustentadas por uma rede e/ou contextos que a estimulam e a tornam possível. Não é apenas o “explorador-cliente” o autor do abuso. Os “intermediários”, ou seja, todos aqueles que facilitam o abuso, são co-niventes e integrados na rede de apoio da ESCCA (UNICEF, 2001). Como exemplos, poderíamos citar donos e empregados de bares e hotéis, taxistas, agências de modelos, agências de turismo e familiares que estão envolvidos desde o agenciamento até a prática do abuso.

O tema da ESCCA ganhou maior visibilidade nas discussões sobre a prevenção de violência nos cenários nacional e internacional. Um dos marcos no planejamento de ações foi a realização, em 2008, do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Rio de Janeiro, no qual autoridades de mais de 125 países se reuniram para discutir ações e metas globais para o enfrentamento do problema. Neste encontro, realizado 12 anos após o I Congresso, em 1996, constatou-se que o número de crianças e adolescentes explorados sexualmente era ainda alarmante, a nível global⁶.

O III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes sublinhou também a necessidade de se debater a pornografia infantil na internet e o tráfico sexual de meninos e meninas⁷ como formas recentemente incorporadas na prática da ESCCA.

No Brasil, a situação da ESCCA continua a ser grave e pesquisas sobre o tema são escassas. Vários estudos ignoram crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, tal como preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Quando isso não ocorre, muitas vezes os enfoques dos estudos sobre crianças e adolescentes são simplificadores, colocando as vítimas como agentes do abuso ou atribuindo as causas do abuso às desigualdades sociais e problemas associados, como violência, drogas, abandono e pobreza.

6. No total, estima-se que 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos menores de 18 anos são vítimas de exploração sexual no mundo, segundo o Relatório sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Alemanha, 2009). Dada a natureza do fenômeno, estes números correspondem a uma estimativa e devem ser considerados como tal.

7. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/activities_13277.htm. Acesso em 12 abril de 2011.

A partir do final dos anos 80, o Brasil se insere no debate sobre a ESCCA, tentando superar o enfoque repressor e assistencialista da legislação anterior, introduzindo na legislação nacional a concepção das crianças e adolescentes como atores sociais, portanto, portadores de direitos exigíveis em leis. Além disso, a questão saiu da alçada exclusiva dos Juizados de Menores, por meio da descentralização político-administrativa, restringindo o papel dos estados e ampliando as competências e responsabilidades dos municípios e da comunidade. Outra mudança importante foi o aumento da participação da população nas organizações representativas (Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

A importância dada ao tema na agenda nacional teve como consequência a emergência de diversas vozes, que tentaram minimizar a prática (considerando-a parte da “liberdade” sexual e fazendo referência ao direito dos mais jovens a ter relações sexuais). Atualmente é possível afirmar que há uma relação entre a ESCCA e as normas sociais de gênero que regem as interações entre homens e mulheres no Brasil. Ou seja, este tipo de violência resulta de um sistema social complexo, baseado no desequilíbrio de poder entre homens e mulheres, que restringe rigidamente homens e mulheres, meninos e meninas, limitando os seus direitos de escolhas e se refletindo no modo de viver e de se relacionar desses indivíduos (Barker, G.; Ricardo, C.; Nascimento, M., 2007:8).

A maior parte das vítimas desse tipo de violência, no Brasil, é claramente formada por crianças e adolescentes do sexo feminino. Este dado traduz as concepções generalizadas sobre o corpo feminino, visto como objeto passível de uso independente da vontade da mulher. Ao mesmo tempo, reflete a concepção de que a sexualidade masculina é incontrolável e que os homens necessitam mais de sexo do que as mulheres (Ricardo & Barker, 2007).

No entanto, apesar de não ser majoritária, é de fundamental importância reconhecer que a ESCCA sofrida por meninos é uma realidade. Os dados, se comparados com o volume de estudos da ESCCA do sexo feminino, são ainda mais escassos. Nesse sentido, é urgente a necessidade de mobilização, tanto por parte do Estado, como da sociedade civil e academia, no tocante ao levantamento de dados e análises que venham a contribuir para a implementação de programas e políticas de combate a essa prática (Ricardo & Barker, 2007).

Diante desta realidade, e para que se crie uma política de prevenção e enfrentamento a este tipo de abuso, é necessário, em primeiro lugar, entender como a sociedade brasileira enxerga esse tipo de violência contra crianças e adolescentes. Para poder contribuir com esse entendimento, este estudo tentou perceber: (1) se a sociedade considera a ESCCA de fato violência; (2) se identifica atores “culpados” por esse tipo de crime; (3) que visão tem das crianças e adolescentes envolvidos e; (4) quais as saídas apontadas para a resolução desse problema nacional.



O Estudo

CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

O Promundo adere à prática emergente relativa aos códigos éticos em pesquisa em ciências humanas e sociais e compartilha da perspectiva de que os interesses dos grupos pesquisados devem preceder os interesses da pesquisa. Esta pesquisa seguiu os procedimentos éticos formais: todos os informantes deram o seu “consentimento esclarecido” por escrito; receberam informações sobre o Promundo e sobre o conteúdo e os objetivos da pesquisa; e foram informados sobre a opção de não responderem a alguma das questões. O Promundo segue também as práticas padrão em termos da confidencialidade, segurança e integridade das informações.

POPULAÇÕES DO ESTUDO

Com o objetivo geral de mapear as percepções, atitudes e práticas de adultos homens e mulheres sobre diferentes temas relacionados com sexualidade, prostituição, pornografia e ESCCA de ambos os sexos, o Promundo implementou esse estudo em quatro cidades brasileiras.

8. O número de habitantes das cidades foi retirado dos dados do IBGE (2010). Para mais informações, ver www.ibge.gov.br.

9. De acordo com Fonseca et al., o turismo para fins sexuais “consiste na organização de excursões turísticas com o objetivo, implícito, de proporcionar prazer sexual a turistas estrangeiros ou de outras regiões do país, utilizando adultos e/ou crianças e adolescentes para a oferta de serviços sexuais” (2008: 20).

As cidades

Com 421.240⁸ habitantes, a capital do estado de Santa Catarina, **Florianópolis**, foi selecionada enquanto representante da região sul do país. A pesquisa contou com a parceria da Casa Chico Mendes, instituição sem fins lucrativos situada no bairro Monte Cristo, região limítrofe entre os municípios de Florianópolis e São José. A Casa Chico Mendes atua desde 1992 nesta comunidade, desenvolvendo projetos sociais para moradores e moradoras, em especial crianças, adolescentes e mulheres.

A cidade de **Itaperuna**, no interior do estado do Rio de Janeiro, tem uma população estimada em 95.876 habitantes. Em 1980, a cidade localizada na região noroeste do estado contava com apenas 35 mil habitantes. Com esse aumento da população, houve também um aumento do número de grandes obras de construção civil, que envolvem um considerável contingente de homens migrantes alocados como força de trabalho. Esse tipo de migração favorece o aumento da prostituição e da ESCCA locais, e por isso esse local foi escolhido.

Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, situado na região Nordeste do Brasil e com 803.7309 habitantes, é considerada uma cidade em que turistas, sobretudo estrangeiros, vão em busca de aventuras sexuais, o que se define geralmente como “turismo sexual ou turismo pra fins sexuais”⁹. O recrutamento dos participantes da pesquisa qualitativa foi realizado por meio de uma parceria com o Centro de Referência de Atenção Social (CRAS) da comunidade África, situada na zona norte de Natal, área onde se concentra grande parte da população de baixa renda da cidade.

Os dados quantitativos foram coletados na cidade do **Rio de Janeiro**, que possui uma população de 6,1 milhões de habitantes, em uma comunidade popular de grandes dimensões, o Complexo da Maré, na região da cidade conhecida como Zona da Leopoldina. Obairro é formado por 17 comunidades, nas quais vive uma população de 130 mil pessoas. O Complexo é conhecido no contexto da cidade como um lugar de violência, principalmente a partir da ação midiática, que costuma destacar nos noticiários os conflitos entre as facções do narcotráfico instaladas no local e as ações policiais. Esta realidade impõe tensões crônicas e permanentes, pelo fato de haver um domínio marcado pela territorialidade, com limites definidos entre os grupos rivais.

METODOLOGIAS

Foram utilizadas duas metodologias de pesquisa: uma qualitativa, com técnicas de grupo focais e entrevistas em profundidade em três cidades; e a outra quantitativa, em duas cidades, sendo que em Natal foram utilizadas as duas metodologias.

Métodos e Coleta de Dados Qualitativos

A coleta de dados qualitativos foi realizada entre abril e setembro de 2009 em Florianópolis, Itaperuna e Natal. Foram realizados grupos focais e entrevistas semiestruturadas com homens e mulheres, entre 18 e 59 anos de idade. Esta metodologia permitiu explorar as formas como homens e mulheres se movem nos espaços e tempos sociais, como balizam diferenças e legitimam os lugares sociais e de poder por meio de normas sociais de gênero.

Essa parte da pesquisa foi planejada por meio de duas técnicas de pesquisa em cada cidade. Primeiramente, houve grupos focais com homens e mulheres, de 18 a 59 anos. Devido à extensão etária, os grupos foram divididos em dois subgrupos: um composto de jovens com 18 a 29 anos e o outro grupo com adultos de 30 a 59 anos. Realizados os grupos, o pesquisador responsável selecionava dois homens e duas mulheres, de cada grupo, com percepções mais equitativas em relação aos temas da pesquisa, para participar de entrevistas em profundidade.

Dessa forma, a pesquisa em Natal foi realizada em parceria com a Secretaria de Ação Social do Município e realizada no CRAS. O primeiro grupo foi formado por nove homens com média de 23 anos de idade; o segundo, por oito homens com média de idade de 41 anos. As quatro entrevistas em profundidade foram realizadas no dia seguinte.

O grupo com as mulheres teve uma média de idade de 32 anos e a maioria delas participa de um grupo no espaço, onde discutem temas como prevenção de DST/Aids e cuidado com a saúde. Depois desse grupo focal, foi realizada uma entrevista com uma mulher de 21 anos.

Em Florianópolis, algumas dificuldades se apresentaram para a formação do grupo com homens mais velhos. Na semana que o pesquisador esteve em Florianópolis fez muito frio e choveu intensamente. Com isso, as caminhadas pela comunidade, que fica numa área de morro, foram prejudicadas. Outro problema foi que, ao contrário do observado em Natal, onde grande parte dos homens estava desempregada ou em situação de subemprego, em Florianópolis era raro encontrar um homem em casa. Essa dificuldade também foi sentida com os homens mais jovens, sendo que muitos trabalhavam e estudavam.

10. Por motivos de confidencialidade, não são usados nomes. Identificamos apenas H e M, para homens e mulheres, o local e a idade.

O primeiro grupo focal masculino contou com cinco participantes e teve a peculiaridade de ser um grupo bastante jovem (média de idade de 20 anos). Um ponto marcante do grupo foi a visão mais equitativa de gênero e o respeito às diversidades sexuais. Após ver que as reiteradas tentativas de convidar homens mais velhos não estavam surtindo efeito, seja por meio de visitas domiciliares ou através dos contatos feitos com as mulheres e com os homens mais novos, ficou claro que seria difícil conseguir fazer um grupo. Assim, o pesquisador optou por entrevistar dois homens interessados em participar do estudo: um com 42 e o outro com 58 anos.

O grupo de mulheres teve idades ligeiramente mais elevadas: média de 48 anos e quatro participantes acima dos 50 anos. Uma dificuldade no grupo foi a presença de duas crianças de aproximadamente sete anos e um bebê (neto de uma participante).

Diferentemente das outras duas cidades, em Itaperuna os dados qualitativos foram coletados com homens, em um local de trabalho de construção de um gasoduto na região. As mulheres foram selecionadas a partir de uma parceria com a Secretaria de Ação Social da prefeitura¹⁰.

Métodos e Coleta de Dados Quantitativos

A pesquisa quantitativa ocorreu entre os meses de setembro e dezembro de 2010, em Natal e no Rio de Janeiro, com homens (n=602 no RJ e n=100 no RN) de 24 a 59 anos e mulheres (n=612 no RJ e n=100 no RN), com idades compreendidas entre os 18 e 59 anos.

A equipe de entrevistadores no Rio de Janeiro foi composta por 12 entrevistadoras, 12 entrevistadores e dois acompanhantes sob supervisão do Promundo. Na cidade de Natal, uma empresa reconhecida na realização de pesquisas de opinião foi contratada para coletar os dados. Essa equipe foi composta por sete entrevistadoras e dois entrevistadores. Tanto os entrevistadores do Rio de Janeiro como os de Natal passaram por um treinamento de quatro horas sem que foram apresentadas as diretrizes da pesquisa. Eles foram orientados acerca dos temas tratados e sobre técnicas de entrevista. O nível de escolaridade dos entrevistadores variou entre ensino médio e curso superior.

Os entrevistados responderam a questões relacionadas às percepções e construções de gênero, violência e ESCCA. Os questionários foram divididos por temas relacionados com o objetivo do estudo:

- PARTE 1**_Características do entrevistado
- PARTE 2**_Com quem mantém relacionamento
- PARTE 3**_Atitudes de gênero
- PARTE 4**_Comportamento na família de origem
- PARTE 5**_Continuação sobre atitudes
- PARTE 6**_Homens e relações sexuais
- PARTE 7**_Uso de internet para fins sexuais
- PARTE 8**_Participação em campanhas e/ou programas

Por razões relacionadas com o foco da pesquisa, a Parte 7 e as perguntas sobre a primeira relação sexual foram acrescentadas apenas no questionário para homens¹¹.

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas domiciliares realizadas por entrevistadores. No Rio de Janeiro, as comunidades foram divididas por setores e cada entrevistador recebeu um mapa designando seu setor de atuação. O papel do acompanhante foi conduzi-los aos endereços desejados. A presença desses acompanhantes contribuiu para a inexistência de taxa de recusa¹².

O cronograma de coleta de dados no Rio de Janeiro foi atingido pelas constantes incursões policiais na área, envolvendo troca de tiros com os traficantes da comunidade. Com exceção desses momentos, em nenhuma ocasião foi relatada a intromissão ou o uso de força, por parte de traficantes ou policiais da região, visando o impedimento da pesquisa. No entanto, entrevistadores disseram que se sentiram, em certos momentos, inseguros e acuados devido à exibição de armas de fogo por alguns traficantes da comunidade.

A formulação dos questionários e do guia de discussão da pesquisa qualitativa foi um desafio. O Promundo entende que é totalmente inadequado usar o termo “prostituição infantil” quando se trata de crianças e adolescentes. O termo discrimina crianças e jovens, não se atribuindo responsabilidade ao adulto que comete o delito. Além disso, o uso do termo ESCCA propõe uma inversão para que a ênfase não caia sobre a “criança prostituída”, mas sim sobre o “adulto explorador”¹³. Isso posto, vale ressaltar que no questionário o termo “prostituição” foi empregado na maioria das perguntas para facilitar o entendimento entre entrevistador e entrevistado. A decisão de usá-lo foi feita após a pré-testagem dos questionários.

11. Para mais informações sobre os questionários, entrar em contato com promundo@promundo.org.br ou consulte o nosso site [www.promundo.org.br].

12. Apesar de possuírem crachá, coleta e consentimentos que os identificavam como consultores do Promundo, o fato de os acompanhantes serem moradores da comunidade ajudou a dar mais credibilidade e facilitou o contato com os moradores. É válido salientar que a entrevista era feita sem a presença do acompanhante, que se afastava após o consentimento do(a) entrevistado(a) em participar.

13. Fonseca et al. Pelo fim da exploração sexual: o que os homens podem fazer? Promundo, 2008, p.21.

14. Quando o Promundo realiza pesquisas em outros estados, há sempre a busca por parcerias institucionais com expertise em manejar pesquisas quantitativas, aliado a um investimento financeiro dentro do orçamento previsto. Em Natal, a grande dificuldade ocorreu por essa razão. Passados nove meses nessa busca, optou-se por uma parceria com uma empresa privada, com reconhecimento local na realização de pesquisas de tal natureza. Natal foi escolhida tanto para a pesquisa quantitativa quanto para a qualitativa por ser reconhecidamente uma cidade em que há uma forte incidência de práticas de turismo sexual, com ênfase em mulheres adolescentes. Por limitações do orçamento, não se pode realizar o questionário em Florianópolis.

Optou-se pela utilização deste termo, pois “exploração sexual de crianças e adolescentes” era pouco familiar aos participantes. Além disso, foi percebido também que o termo “exploração” pareceu soar negativamente e isso poderia acarretar certa indisposição e omissão por parte dos entrevistados. O termo também será usado durante a descrição dos resultados a seguir, destacando quando a pergunta se referia à idade das “prostitutas”.

Especificidade do Estudo

O estudo¹⁴ se concentra nas percepções e práticas de homens e mulheres sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes do sexo feminino. Ainda que saibamos que o universo da exploração sexual inclui crianças e adolescentes do sexo masculino e travestis, as meninas constituem o grupo mais afetado por essa situação (Ricardo & Barker, 2007).

Em Natal, os elevados custos para levar a cabo a pesquisa quantitativa fez com que a amostra fosse reduzida, não sendo significativamente representativa. Os resultados serão apresentados, mas não foram usados para testes de associação como no caso do Rio de Janeiro.



Resultados

CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS

QUADRO 1_CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS

	NATAL		RIO DE JANEIRO	
	MULHER (N=100)	HOMEM (N=100)	MULHER (N=612)	HOMEM (N=602)
MÉDIA DE IDADE	36 ANOS	40 ANOS	36 ANOS	40 ANOS
RAÇA: NEGROS	81%	65%	55%	54%
RELIGIÃO: CATÓLICOS	68%	67%	48%	64%
SEM RELIGIÃO	7%	16%	18%	17%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	56%	43%	61%	64%
TÊM FILHOS	74%	64%	84%	75%
TEM RELACIONAMENTO ESTÁVEL	74%	81%	70%	72%
EMPREGADO	54%	74%	48%	78%
RENDA DOS QUE ESTÃO EMPREGADOS	MULHER (N=54)	HOMEM (N=74)	MULHER (N=296)	HOMEM (N=470)
RENDA MENSAL: IGUAL OU INFERIOR A 1 SM ¹⁵	57%	11%	45%	18%
DE 1 SM A 2 SM	28%	55%	48%	48%

15. Considerando o valor do SM (Salário Mínimo) de 2010, de R\$510,00.

OS HOMENS E O “MERCADO DO SEXO”

A pesquisa qualitativa mostra que há um entendimento de que, no espaço público, a oferta em termos de mercado do sexo (pornografia e/ou prostituição) privilegia os homens. Mas, afinal, qual seria o interesse dos homens em consumir este “serviço”? Algumas respostas retornam aos “determinantes biológicos”: os homens consomem por uma suposta tendência natural de satisfazer seus “instintos” sexuais.

“O homem é uma carne fraca. Se ele passa num canto, tem aquela menina arrumadinha com essas roupinhas assim”...
(H1, 38 ANOS – NATAL)

Em relação ao “consumo” da prostituição, alguns homens - como que mantendo um discurso politicamente correto – repeliram o uso deste artifício, ou seja, dizem ser “degradante” um homem precisar pagar por serviços sexuais.

Os homens, de maneira geral, condenaram as práticas de prostituição e sexo pago. As reações corresponderam ao que se espera enquanto consenso social: a prostituição como algo subterrâneo ou à margem da sociedade, que confronta a “normalidade”, nesse sentido ela é, portanto, condenável.

HOMENS E SUAS RELAÇÕES SEXUAIS COM “PROSTITUTAS”

De maneira geral, quando perguntados sobre relações sexuais com prostitutas maiores de 18 anos, encontramos diferenças significativas entre o que homens e mulheres pensam sobre homens terem relações sexuais, se estiverem solteiros. Além disso, houve outra diferença significativa entre o que homens e mulheres do Rio de Janeiro pensam sobre ser uma prática comum dos homens. A questão da moral neste tema revela que há uma maior aceitação da prática por parte dos homens do que das mulheres. Ao mesmo tempo, mais as mulheres (81%) do que os homens (70%) responsabilizam as “prostitutas” por estarem nessa situação, como resultado de uma escolha pessoal. As demais opiniões seguem no quadro a seguir:

QUADRO 2 ENTREVISTADOS QUE CONCORDARAM COM AS SEGUINTE FRASES SOBRE SEXO COM PROSTITUTAS MAIORES DE 18 ANOS

	NATAL		RIO DE JANEIRO	
	MULHER (N=100)	HOMEM (N=100)	MULHER (N=612)	HOMEM (N=602)
É UMA PRÁTICA COMUM DOS HOMENS	74%	83%	59%	77%
ESTÁ OK DESDE QUE ELE NÃO SEJA CASADO OU QUE NÃO TENHA UM RELACIONAMENTO COM ALGUÉM	50%	69%	51%	77%
SEXO É UM SERVIÇO QUE PODE SER COMPRADO COMO QUALQUER OUTRO, INDEPENDENTEMENTE DA IDADE DA PROSTITUTA	31%	38%	18%	20%
A “PROSTITUTA” ESTÁ ERRADA MORALMENTE	59%	56%	47%	42%
É ESCOLHA DELA	79%	73%	81%	70%

Na pesquisa IMAGES (*International Men and Gender Equality Survey*) do Rio de Janeiro, levada a cabo pelo Promundo¹⁶, incluiu-se uma parte específica sobre homens no “mercado do sexo”. Dos 750 homens entrevistados que responderam a questões relacionadas com “prostitutas” com idade superior a 18 anos, 44% concordaram que sexo é um serviço como outro qualquer e, por isso, pode ser comprado. 29% disseram que a prostituição era moralmente errada, afastando-se dos dados acima expostos. Na pesquisa IMAGES e na presente pesquisa sobre exploração sexual, 65% e 70% responderam que a prostituição é escolha da mulher, respectivamente.

Já com relação à prática de relações sexuais com crianças menores de 18 anos, a pesquisa revelou altas porcentagens dos que culpam crianças e adolescentes. 41% dos homens e 46% das mulheres do Rio afirmaram que foi uma escolha da adolescente se envolver em sexo comercial. Esse dado chama atenção para o fato da prática da ESCCA parecer estar ligada a uma percepção de “disponibilidade” da adolescente, tornando urgente uma reflexão mais profunda sobre o que leva os homens a buscarem as adolescentes e sobre a vitimização dessas adolescentes.

Nas opiniões relacionadas a adolescentes menores de 18 anos, chama atenção o fato de os homens do Rio de Janeiro apresentarem menores porcentagens em relação aos outros, principalmente quando perguntados sobre se ter relações sexuais com “prostitutas” adolescentes é uma coisa que todos os homens fazem pelo menos uma vez na vida. O quadro 3 aponta outros resultados com as opiniões dos entrevistados sobre a “prostituição” de adolescentes:

16. A pesquisa IMAGES é global e já foi realizada, até a data de publicação deste relatório, em 12 países. No Brasil foi realizada no Rio de Janeiro e em Recife. No Rio de Janeiro, teve 750 homens pesquisados em uma comunidade popular e em um condomínio de classe média. Para mais informações, ver: Ricardo, C.; Segundo, M.; Nascimento, M. Experiências e atitudes de homens e mulheres relacionados com equidade de gênero e saúde: resultados preliminares de uma pesquisa domiciliar realizada no Rio de Janeiro, Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Promundo. 2009. E Barker, G. et al. Evolving Men: Initial Results from the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES). Washington, D.C.: International Center for Research on Women (ICRW) and Rio de Janeiro: Instituto Promundo. January 2011.

QUADRO 3_ENTREVISTADOS QUE CONCORDARAM COM AS SEGUINTE FRASES SOBRE RELAÇÕES SEXUAIS COM “PROSTITUTAS” MENORES DE 18 ANOS

	NATAL		RIO DE JANEIRO	
	MULHER (N=100)	HOMEM (N=100)	MULHER (N=612)	HOMEM (N=602)
É UMA PRÁTICA COMUM DOS HOMENS	74%	83%	59%	77%
UMA COISA QUE TODOS OS HOMENS FAZEM PELO MENOS UMA VEZ NA VIDA	50%	69%	51%	77%
A “PROSTITUTA” ESTÁ ERRADA MORALMENTE	31%	38%	18%	20%
É ESCOLHA DA “PROSTITUTA”	79%	73%	81%	70%

Com base nos resultados da pesquisa IMAGES no Rio de Janeiro em relação ao envolvimento com “prostitutas” menores de 18 anos, 45% dos homens “concordaram” que é “escolha da mulher ou menina” se envolver em sexo comercial. 67% disseram que ela está “errada moralmente” e 22% que “sexo é um serviço como outro qualquer”, mesmo no caso de adolescentes com menos de 18 anos.

Alguns entrevistados(as) reconheceram a existência de exploração sexual de crianças em casos em que a força é usada. Ou seja, a coação é o que caracterizaria mais claramente o abuso e a exploração sexual:

“Uma criança, às vezes, muitas são muito violentadas porque não quer. Às vezes pegada à força. E às vezes, ela... a criança mesmo que procura, né? Aí, eu acho que também, vem a necessidade [sic] de dinheiro também(...). Eu acho que é por causa de sem-vergonhice deles mesmo que procura as crianças. Ou às vezes é... tem homem que tem aquela vontade, né? (...) ah, pra saber como é que é, como é que não é pegar uma mulher mais nova”. (M1_21, NATAL)

Porém, na maioria das falas, as interpretações sobre as mulheres que se prostituem são outras. Duas categorias de percepção são recorrentes: há um relativo reconhecimento de um trabalho profissional e este trabalho se caracteriza como algo pelo qual as mulheres são condicionadas a ingressar em função das condições socioeconômicas. Percepções residuais abraçam outras ideias: as mulheres escolhem estar nessas condições por que desejam, por *status*¹⁷, para manter o consumo de drogas, por que não querem buscar outros tipos de trabalho ou, no limite, porque gostam.

“Acho que quase todas fazem por necessidade. Ou é por comida ou pra pagar uma faculdade. Mas é por necessidade dela. Acho que raramente tem mulher que faz porque quer, sei lá, porque gosta (...). Eu respeito, é a vida delas. Eu tenho uma irmã, né, já te falei, prostituta. Eu respeito ela, não tenho nada contra”. (H4_19, FLORIANÓPOLIS)

17. A noção de *status* tem relevância porque sugere um corte distintivo no campo da prostituição: entre as profissionais do sexo, existem as que se denominam “acompanhantes de luxo”, que se distinguem das que estão na “pista”.

“ (...) se a pessoa achar que quer vender o corpo tinha que legalizar sim, tudo é legalizado. Eu acho que assim, junta aquele dinheiro lá ela tem que ter o dinheiro dela, ela não ganha”? (H6_53, ITAPERUNA)

“ A minha opinião, a minha percepção, eu sou contra prostituição mesmo (...). Que tem tanta gente que tem uma vida difícil, que dão [sic] a volta por cima, corre atrás. Agora eu falo arranja um emprego digno. Arruma um emprego, uma coisa normal (...) eu não consigo ver pontos positivos numa prostituta. Eu não consigo ver isso. Eu não consigo (...). Principal fator de risco na prostituição é doença. Depois as drogas. Eu acho que prostituição e drogas hoje é [sic] quase praticamente junto”. (H7_32, ITAPERUNA)

“Feio”, “errado” e “sujo” foram termos reiteradamente utilizados em relação a sexo comercial. Apesar dessas percepções negativas e socialmente construídas, os homens justificaram a procura de trabalhadoras do sexo com base na “curiosidade” ou pela “falta” de sexo satisfatório em casa, ou ainda para atender suas “necessidades fisiológicas”, demandas sempre sigilosas, inclusive para os solteiros. No grupo focal de homens em Itaperuna, registrou-se:

“ Do meu ponto de vista eu não casaria com uma prostituta. Eu uso? Claro. Mas não casaria, porque a sociedade me mostrou que é feio”. (GRUPO FOCAL_HOMENS, ITAPERUNA)

“ A sociedade me mostrou que é errado e também uma mulher que vive de sexo pra trabalhar, é um trabalho como outro qualquer, vamos encarar por esse lado, a prostituição... eu acho que eu não casaria, (...) agora, tem todo tipo de mulher. Tem mulher que gosta mesmo de fazer isso. Agora, têm outras que não”. (GRUPO FOCAL_HOMENS, ITAPERUNA)

FATORES ASSOCIADOS À ESCCA

As famílias foram frequentemente indicadas como uma das principais “culpa das” pela criação de um ambiente que pode levar à exploração sexual, classificadas como negligentes por não proporcionarem o diálogo e uma educação que informe às crianças sobre sexo e sexualidade. Os entrevistados mencionaram com frequência as dimensões sociais e econômicas subjacentes às causas da exploração sexual – questões que devem ser consideradas nas políticas de resposta e prevenção deste problema.

No decorrer dos relatos, percebe-se a ocultação da responsabilidade que, em geral, é tributada às meninas e mulheres. O papel de cuidado “natural” das mães transforma-as nas principais responsáveis por não “controlarem” os filhos e filhas, deixando-os à sorte e ao aliciamento para fins de exploração sexual. No entanto, um dos entrevistados, de Natal, descortina:

“ (...) o cuidado com ela é o principal, com os filhos também, como a minha casa né, que eu tenho que botar o pão na mesa da minha família e a gente divide, ela cuida da casa dela e eu cuido do meu trabalho e assim a gente leva a vida”... (H3_27, NATAL)

Do mesmo modo, os pais, quando citados, aparecem em exemplos que reafirmam o papel tradicional do homem “dentro de casa”, ou seja, que atuam na função repressiva em situações-limite de conflito:

“ Os pais e as mães não têm mais controle dos filhos! (...) Quando criança, adolescente começa a querer namorar... o pai tem que pegar e botar uma foice na mão de cada um”... (H3_27, NATAL)

Não obstante, foi possível verificar uma maior exigência em relação à participação dos homens e presença dos pais, citada inclusive por alguns homens entrevistados:

“ A responsabilidade vem da própria casa, dos pais; não só a mãe, mas o pai tem uma participação naquela educação, porque da maneira que eles criaram os filhos, os filhos devem ter aquele entendimento. Agora nunca é como os pais desejam, porque sempre na rua ou até mesmo no colégio vem aquela influência, aquele mau conselho”. (H4_36, NATAL)

Outro fator relatado diz respeito ao apelo ao consumismo desenfreado, que estaria supostamente seduzindo as adolescentes, as arrastando para a exploração sexual. Nesse caso, a submissão à ESCCA não se restringe ao atendimento das necessidades básicas apenas, mas ao atendimento do *status* atribuído ao dinheiro e aos produtos que se adquirem com ele:

“ Tem um tipo de menina que quer ter o que não tem, que não tem condição de ter e sai com pessoas que têm dinheiro, só pelo *status*. E aí isso pra mim é uma forma de prostituição. Você se relacionar com uma pessoa que tem dinheiro e sair com o cara ao mesmo tempo só pelo *status* de sair com ele, de ganhar roupa nova hoje. E isso eu acho que na nossa realidade aqui, a gente não tem muito da exploração sexual infantil, da prostituição. Aqui na região o que a gente mais tem é essa prostituição por *status*”. (GRUPO FOCAL_MULHERES, ITAPERUNA)

PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCCA

Quando questionados sobre a participação de crianças e adolescentes no “mercado do sexo”, vimos, por exemplo, o corte (desigual) de gênero na socialização dos adolescentes na vida sexual. Os entrevistados sabem que as exigências da masculinidade, para os homens, estão presente na educação sexual no seio da família. O grupo focal de homens em Itaperuna, por exemplo, em sua maioria, defende o acesso à pornografia pelos meninos adolescentes. Evocando aquela lógica de oposição, vemos que se oculta nas falas o acesso das meninas à pornografia. Dizem eles:

“ Acho que não deveria ter a idade, eu acho que a idade, do mesmo jeito que o cara de 14 às vezes tira da internet, ou compra a revistinha ali, ou o irmão mais velho compra e tem em casa, ou o pai mesmo às vezes compra, pô, se o próprio pai incentiva o filho a ver, qual é o motivo pra ser só com mais de 18 anos? O cara com 16 anos não tem discernimento do que é certo e do que é errado. Acho que o filme sim deveria ser proibido pra menor de 16 anos. Pornografia é o meu ponto de vista do filme e a arte, o cara ver uma Playboy, eu acho que não tem problema ver a mulher ali. Só que eu acho que tem muito moleque com 14 anos vendo filme pornô, eu acho que ele não tem como saber o que é certo e o que é errado. A proibição eu acho que leva a pessoa a fazer mais escolhas erradas. Tudo que é proibido o cara quer fazer. Ainda mais se tiver essa idade, no início da adolescência, com 12, 13 anos quer descobrir várias coisas”. (GRUPO FOCAL_HOMENS, ITAPERUNA)

A participação de crianças no sexo comercial foi absolutamente rechaçada. Porém, o marcador que delimitou foi, novamente, o etário. Entre 12 e 14 anos, não foi escutada nenhuma justificativa para que estivessem na “prostituição”. O peso maior da responsabilização recaiu sobre os homens que violentam as crianças, sendo estes analisados do ponto de vista patológico. Expressões como “animal”, “louco” e “doente” foram recorrentes e foram feitos muitos paralelos com as crianças com as quais convivem (irmãs e filhas), nas descrições sobre a sua repulsa à prática:

“ Eu não concordo, é completamente errado, eles mereciam cadeia. Porque se vem uma criança, vem e se oferece pra mim, o que eu tenho que fazer? Num papel de homem adulto, ou até de um pai”. (H8_IDADE NÃO MENCIONADA, FLORIANÓPOLIS)

“ 15, 16 anos? Uma menina dessas já sabe o que ela quer e como quer. Ela sabe muito bem o que quer, o que é que eu quero e como eu quero”. (GRUPO FOCAL_HOMENS, ITAPERUNA)

PESQUISADOR_Você acha que a partir de que idade ela tem discernimento, ela tem o controle sobre o que ela deseja (...)?

“ Com 16 anos ela já tem o que pensar, já tem que saber o que é bom, o que é ruim. Essa idade já é suficiente pra ela entender o que acontece na vida dela”. (H_16 ANOS)

PESQUISADOR_Antes disso você acha que ela tendo um relacionamento com um adulto ela não poderia estar de igual pra igual com um adulto? Com menos de 15 anos?

“ Não, não... ela está errada, porque se ela... ela está aliciando um adulto, tá entendendo”? (H3_27, NATAL)

A noção do desenvolvimento do corpo e a relativa autonomia de mobilidade dos adolescentes saltam do estrito espaço doméstico. Se o corpo da adolescente estiver desenvolvido e for vista como sexualmente disponível, os entrevistados abandonam quase por completo as comparações com membros da família. O ingresso em redes de exploração sexual assume aqui outra conotação. Afirmam que as condicionantes socioeconômicas seriam os fatores determinantes que as fazem ingressar neste “mercado” e tem implícita a sua escolha em estar envolvida na atividade:

“ A criança vai através de algum adulto; e aquela que é mais adulta, ela vai pelo desespero: desemprego, às vezes tem filho e não pode manter o filho por causa do desemprego e muitas vão por causa da droga, para se manter no vício. Você só tem 16 anos. Não é permitido trabalhar. Aí, eles vão para esse tipo de coisa. Busca a prostituição. É isso que acontece. Na maioria das vezes que eu vejo aí, eu acho que é geral, eu acordo, vejo de madrugada na televisão as reportagens, as adolescentes de 14, 15,16 anos, disso para baixo. Porque não tem emprego”. (H2_IDADE NÃO MENCIONADA, FLORIANÓPOLIS)

A inserção de adolescentes no “mercado do sexo” parece ser, para os entrevistados, apenas um acontecimento absorvido pela prática da prostituição e suas possíveis determinações socioeconômicas:

“ (...) a criança, ela não pensa muito bem ainda, não tá muito ligada naquilo do jeito que é, do jeito que não é. (...) mulher já adulta, já experiente, já sabe o que é bom, o que é ruim (...) uma amiga minha de 16 anos chegou a comentar comigo que ela fazia e principalmente que ela dizia pra mim que fazia por causa do dinheiro, não porque ela gostava. Ela chegava a vender o corpo dela por causa do dinheiro”. (M1_21, NATAL)

“ Ah, eu acho que se uma garota de 12 ou menos idade tá se prostituindo, deve ser por necessidade, porque tá precisando. Agora, de maior idade, assim, que seja pobre no caso, aí já tá fazendo porque quer. Porque tem algum vício (...). Mas pra mim eu acho que é normal os dois [homens e mulheres adultos se prostituírem]. Só não acho na situação de crianças. Menor de idade eu já não acho normal isso”. (H9_IDADE NÃO MENCIONADA, FLORIANÓPOLIS)

LEIS QUE PENALIZAM A PROSTITUIÇÃO E A ESCCA

A pesquisa revelou que existem diferenças de opinião significativas entre homens e mulheres (especialmente no Rio de Janeiro) em relação ao aparato legal envolvido nesta temática, em particular sobre proibir o sexo comercial e de penalizar os homens que recorrem a ele, quando não há sinalização clara da idade delas.

No entanto, quando salientamos que a “prostituta” tem menos de 18 anos, os homens do Rio de Janeiro e mulheres de Natal e Rio são quase unânimes a favor da proibição, e quase 90% dos respondentes são favoráveis à penalização dos homens que fazem sexo com adolescentes.

QUADRO 4_ENTREVISTADOS QUE CONCORDARAM COM AS SEGUINTE FRASES SOBRE RELAÇÕES SEXUAIS COM “PROSTITUTAS”

	NATAL		RIO DE JANEIRO	
	MULHER (N=100)	HOMEM (N=100)	MULHER (N=612)	HOMEM (N=602)
PROIBIR O TRABALHO DE PROSTITUTAS, INDEPENDENTE DA IDADE DELAS	55%	40%	48%	19%
PENALIZAR OS HOMENS QUE FAZEM SEXO COM PROSTITUTAS, INDEPENDENTE DA IDADE DELAS	53%	41%	43%	13%
PROIBIR O TRABALHO DE PROSTITUTAS MENORES DE 18 ANOS	95%	79%	95%	91%
PENALIZAR OS HOMENS QUE FAZEM SEXO COM PROSTITUTAS MENORES DE 18 ANOS	92%	87%	94%	89%

Esses resultados nos levam a afirmar que, em termos legais, há um amplo reconhecimento de que as crianças e adolescentes devem ser protegidos de todas as formas de abuso e exploração sexual. Há uma cobrança por parte dos entrevistados para que a legislação seja cumprida e que se punam homens adultos que pratiquem sexo com crianças e adolescentes.

HOMENS ENTREVISTADOS E RELAÇÕES SEXUAIS COM ADOLESCENTES

O questionário dirigido aos homens continha um bloco de perguntas que buscava saber se os entrevistados haviam feito sexo com adolescentes com idade entre 12 e 17 anos. É válido salientar que os entrevistados foram selecionados, intencionalmente, a partir de 24 anos, pois tínhamos interesse em saber também sobre comportamentos de adultos sobre a ESCCA. 14% (n=602) dos entrevistados do Rio responderam que já haviam tido relações sexuais com menores de 18 anos. Desses, 32% (n=82) tiveram relações sexuais com adolescentes menores de 18 anos nos 12 meses anteriores à coleta de dados.

De acordo com os dados do quadro abaixo, oriundos da pesquisa IMAGES no Rio de Janeiro, entre todos os que responderam à pergunta sobre se já haviam feito sexo com um(a) trabalhador(a) do sexo (n=626), 56% confirmaram que sim. Vale sublinhar que os homens entrevistados no Rio de Janeiro pela pesquisa IMAGES foram os que mais disseram ter pago por sexo, com taxas superiores a todos os outros países e cidades onde o estudo foi levado a cabo (7 países e mais de 20 cidades, no total). No questionário IMAGES, aos homens que afirmavam que fizeram sexo com um(a) trabalhador(a) do sexo (n=351), era perguntado se ele suspeitava que o(a) trabalhador(a) do sexo tinha menos de 18 anos: 17% dos homens achavam que podiam ter mantido relações sexuais com um(a) menor de idade.

QUADRO 5_ENTREVISTADOS QUE HAVIA FEITO SEXO COM UM(A) TRABALHADOR(A) DO SEXO

	HOMENS_RJ IMAGES (N=626)
SIM, COM UMA MULHER	54% (338)
SIM, COM UM HOMEM	0,5% (3)
SIM, COM UMA TRAVESTI	1,6% (10)
NÃO FEZ	44% (275)

Na amostra da presente pesquisa, entre os homens que afirmaram que não tiveram relações sexuais com um(a) trabalhador(a) do sexo (n=519), 54% dos entrevistados do Rio de Janeiro (mesma porcentagem em Natal) disseram não ter coragem para fazer tal ato. No entanto, não fica claro se a falta de coragem está relacionada com o respeito pelos direitos das crianças e adolescentes ou pelo temor da punição social, seja jurídica ou do estigma social. Pesquisas apontam que o temor de uma possível punição pode ter um papel repressor nas relações sexuais com adolescentes (OIT, 2004).

Já entre os homens que tiveram relações sexuais com meninas entre os 12 e 17 anos (14%), chama atenção que quase metade deles qualifica essa relação como uma forma de se sentirem jovens. Menos de um terço deles utilizou camisinhas nas relações sexuais que teve. Além disso, metade dos homens do Rio relata que manteve algum tipo de relação afetiva com a menor, como se pode verificar no quadro 6. Isto nos mostra que alguns homens sentem a necessidade de fazer corresponder esse tipo de encontro com uma relação para minimizar a culpa, ou que alguns homens se relacionam sexualmente de forma regular com jovens adolescentes do sexo feminino.

QUADRO 6_ENTREVISTADOS E SUAS RELAÇÕES SEXUAIS COM MENORES DE 18 ANOS (ENTRE OS QUE RESPONDERAM AFIRMATIVAMENTE SOBRE TER PAGO POR SEXO COM ADOLESCENTES MENORES DE 18 ANOS)

	RIO DE JANEIRO (N = 82)
SENTE-SE JOVEM TANTO QUANTO ELA	48%
CORPOS JOVENS SÃO MAIS ATRAENTES	70%
JÁ TINHA UMA RELAÇÃO AFETIVA COM ELA	50%
SENTE-SE MAIS VIRIL	45%
FEZ USO DE ALGUMA "SUBSTÂNCIA"(*)	31%
USOU CAMISINHA EM TODAS AS RELAÇÕES SEXUAIS	33%

(*) ÁLCOOL, MACONHA E OUTRAS DROGAS, LÍCITAS OU NÃO.

Estes resultados revelam a situação de vulnerabilidade que crianças e adolescentes enfrentam quando fazem sexo com homens adultos, resultante da relação de poder desigual baseada no gênero e na faixa etária.

Outra questão procurava saber se os(as) entrevistados(as) conheciam outros homens – com mais de 24 anos – que tivessem mantido relações sexuais com adolescentes com idade entre 12 e 17 anos. 28% (n=612) das mulheres e 35% dos homens (n=602) do Rio de Janeiro disseram que conheciam homens que haviam feito.

Perfil dos homens que tiveram relações sexuais com adolescentes

Nesta seção analisamos o perfil comportamental de homens que assumiram ter feito sexo com adolescentes (entre 12 e 17 anos). No entanto, é fundamental que atentemos que essa é uma tarefa delicada e complexa e que não se pretende criar um estereótipo desses homens, apenas verificar alguns padrões sobre este perfil específico.

Para a construção do perfil comportamental foi feito um cruzamento dos dados, para se poder apontar algumas nuances que nos permitem ver tendências que seriam mais próximas aos homens que praticaram relações sexuais com adolescentes e os que não praticaram.

QUADRO 7_PERFIL DOS HOMENS DO RIO DE JANEIRO QUE TIVERAM E NÃO TIVERAM RELAÇÕES SEXUAIS COM ADOLESCENTES

	TIVERAM RELAÇÕES SEXUAIS COM ADOLESCENTES (N=82)	NÃO TIVERAM RELAÇÕES SEXUAIS (N=519)	VALOR DE P* (OS ESTATISTICAMENTE RELEVANTES)
MÉDIA DE IDADE	35 ANOS	41 ANOS	0.001*
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	37%	45%	0.531
RELIGIÃO: CATÓLICOS	62%	64%	0.432
SOFRERAM VIOLÊNCIA NA INFÂNCIA ¹⁸	46%	49%	0.700
MÉDIA DE IDADE DA PRIMEIRA RELAÇÃO SEXUAL	14 ANOS	15 ANOS	0.002*
TÊM AMIGOS QUE JÁ TIVERAM RELAÇÕES SEXUAIS COM ADOLESCENTES MENORES DE 18 ANOS	69%	30%	0.001*
ACESSOU BATE-PAPO COM CONTEÚDO SEXUAL	87%	75%	0.246
ACHAM QUE DEVERIA EXISTIR UMA LEI QUE PENALIZASSE QUEM FAZ SEXO COM ADOLESCENTES MENORES DE 18 ANOS	80%	90%	0.002*
JÁ OUVIU FALAR DE ALGUMA CAMPANHA SOBRE ESCCA	65%	61%	0.261

*DIFERENÇAS SIGNIFICATIVAS A PARTIR DOS TESTES CHI-SQUARE (ONE-SAMPLE E TWO-SAMPLE) E MANN-WHITNEY

18. Os tipos de violência perguntados foram: insulto ou xingamento; humilhação ou ameaça; palmada ou tapa; chute, pontapé; soco ou murro; surra. Os entrevistados podiam ainda especificar outras formas de violência que tivessem sofrido.

A partir das respostas dos homens do Rio de Janeiro (n=601), percebe-se que há uma diferença significativa entre as características dos homens que afirmaram ter mantido relações com adolescentes (n=82) e os homens que não tiveram (n=519).

A média de idade dos entrevistados que fizeram sexo com adolescentes é menor quando comparado com os homens que não tiveram relações sexuais com crianças e adolescentes. Além disso, podemos destacar que há diferenças significativas entre os dois grupos com relação a: 1) idade atual, ou seja, os que tiveram relações sexuais são mais jovens; e 2) idade da primeira relação sexual, isto é, os que tiveram relações sexuais com adolescentes são os que iniciaram a vida sexual com menos idade. Isso nos leva a problematizar a ideia recorrente (constantemente noticiada pela mídia brasileira) de que seriam os homens mais velhos os que mais se envolveriam em casos de sexo entre adultos e adolescentes.

Há diferenças significativas entre aqueles com mais de 24 anos que conhecem pessoas que mantiveram relações sexuais com adolescentes com menos de 18 anos e os que não conhecem. Esses resultados podem nos levar a inferir que há uma pressão de pares que pode influenciar outros homens a ter relações sexuais com adolescentes.

Outra diferença significativa diz respeito à opinião sobre a necessidade de uma lei que penalize quem faz sexo com menores de 18 anos. Há diferenças relevantes entre os homens que acham necessária a existência da lei dos que não acham necessário, sugerindo um sentimento de culpa e uma profunda ambivalência sobre a questão.

Não foram encontradas diferenças em relação a: 1) religião; 2) conhecimento da campanha sobre ESCCA e; 3) acesso ou uso de bate-papo com conteúdo sexual.

Mesmo aos que não tinham mantido relações sexuais com crianças e adolescentes no Rio de Janeiro (n=519), era perguntado se os homens fariam sexo com adolescentes de idade entre 12 e 17 anos: 89% (461) deles afirmaram que realmente não fariam, 7% (38) que sim e 4% (18) responderam “não sei”.

USO DA INTERNET PARA FINS SEXUAIS

Dos entrevistados, 36% dos homens de Natal (n=100) e do Rio (n=602) afirmaram ter acessado a internet no último ano. A esses homens foi colocado um conjunto de questões. O quadro 8 mostra os resultados quando se perguntou se utilizavam a internet para fins sexuais.

QUADRO 8_ENTREVISTADOS QUE ACESSARAM INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES

	NATAL (N=36)	RIO DE JANEIRO (N=218)
É APROPRIADO PORQUE É ONDE SE REALIZAM AS FANTASIAS SEXUAIS	58%	33%
ACESSOU A INTERNET PROCURANDO POR FOTOGRAFIAS DE NU E/OU POSIÇÕES SENSUAIS NO ÚLTIMO ANO	44%	32%
ACESSOU A INTERNET PROCURANDO POR SHOWS ERÓTICOS/SEXO AO VIVO NO ÚLTIMO ANO	33%	26%
TEM OU TEVE ALGUM AMIGO, COM MAIS DE 24 ANOS, QUE ACESSA FOTOGRAFIAS DE NU E/OU POSIÇÕES SENSUAIS, SHOWS ERÓTICOS AO VIVO OU BATE-PAPO PARA FINS SEXUAIS COM ADOLESCENTES MULHERES NOS ÚLTIMOS 12 MESES	36%	39%
NÃO ACHA APROPRIADO SE A PESSOA (DA IMAGEM) TIVER MENOS DE 18 ANOS	75%	76%

Não há diferenças entre os homens nos dois contextos sobre não acharem apropriado “teclar” com alguém que tenha menos de 18 anos (75% e 76% em Natal e Rio de Janeiro, respectivamente).

A pesquisa qualitativa revelou que as mulheres também são “consumidoras” de pornografia, mas com uma diferença em relação aos homens. Dizem as mulheres do grupo focal de Itaperuna:

“ A mulher vai olhar, se tiver um filme ela vai assistir, mas não vai sair pra comprar[...]. Mulher não tem essa necessidade de ficar olhando. A mente do homem pra esse tipo de coisa é muito mais fértil, né? Ele vê uma mulher pelada, ele imagina um milhão de coisas [risos] que ele pode fazer com ela. E a mulher, se vê o homem pelado, eu não vou dizer que ela não sente desejo, mas é diferente”. (GRUPO FOCAL_MULHERES, ITAPERUNA)

HOMENS E MENINOS NA “PROSTITUIÇÃO”

De uma maneira geral, a oferta de serviços sexuais é vista como sendo uma prática predominantemente feminina. Solicitados a responder sobre homens e meninos que oferecem sexo em troca de dinheiro, revelam-se opiniões em diferentes graus, desde a intolerância até à aceitação, com inúmeras ressalvas de teor moral:

- “ Tem a mulher que pode ter cinquenta e poucos anos, um dia ela pode procurar um rapaz daquele, por exemplo, já que ela é uma mulher solteira que não tem marido. Ela vai procurar um rapaz daquele, e ele ganhar o dinheiro dele. Eu sou mais a favor do homem se prostituir do que a mulher”(…) (H1_38 ANOS, NATAL)
- “ Uns têm necessidade mesmo, a maioria, como as mulheres. Só que eu não faria... Não sei, eu preferia catar papelão, ganhar a vida de outra forma”. (H4_19 ANOS, FLORIANÓPOLIS)

Muitas respostas mostraram atitudes homofóbicas:

- “ O homem que se prostitui com outro homem eu já acho errado”. (H1_38 ANOS, NATAL)
- “ O homem que é homossexual, ele tem a vida dele, faz o que quiser, e o homem que vai se envolver com ele é igual a ele; eu mesmo não vou não! Mas tem cara que vai. E homem que se envolve com outro eu acho que não é normal não”. (H1_38 ANOS, NATAL)

Percebe-se uma maior intolerância relativa a meninos adolescentes envolvidos em sexo comercial – intolerância essa que recai sobre os meninos e não sobre o governo ou os operadores –, que reflete normas de gênero enraizadas, exigindo deles as características da masculinidade hegemônica.

Como se pode verificar pelo item anterior, existe homofobia sutil e não tão sutil. Abomina-se a discriminação, mas apresenta-se um ponto de vista

crítico e negativo sobre costumes, valores, práticas e comportamentos dos homossexuais. No plano mais explícito, esta homofobia se manifesta através de comentários sobre abuso verbal, medo/vergonha de aproximação e complacência para com atos de violência sexual contra meninos e homens.

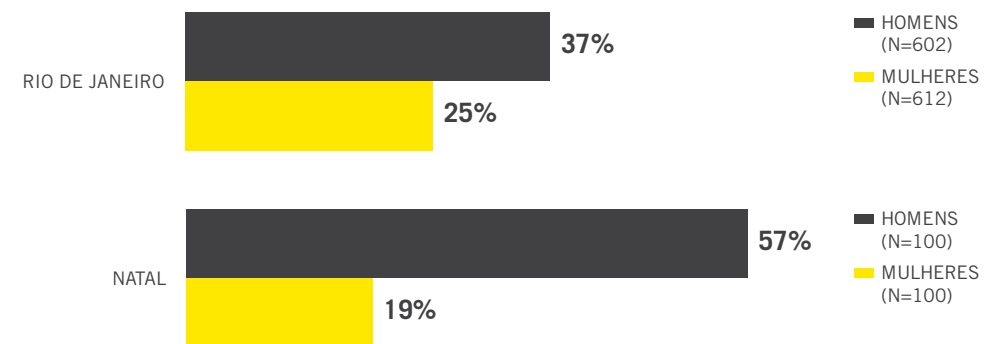
O debate acerca de meninos que são sexualmente explorados necessita ser mais aprofundado no campo da ESCCA, especialmente sobre as representações em torno da masculinidade hegemônica e da homossexualidade. Em relação à maioria dos entrevistados, há um olhar vitimizante para as meninas que se envolvem na ESCCA. O mesmo parece não ocorrer em relação aos meninos.

ATITUDES DE GÊNERO

Sobre violência contra mulher

Segundo o gráfico 1, diante da afirmação de que “Em qualquer caso de estupro é necessário saber se a vítima é promíscua ou se tem uma reputação ruim na comunidade”, os homens também concordaram mais do que as mulheres. Esses resultados refletem a atitude recorrente, socialmente legitimada, de que as mulheres não devem “incitar” o desejo sexual nos homens, uma vez que perante a provocação não resta aos homens nada a fazer a não ser “responder instintivamente”, recorrendo mesmo ao uso da força. Essa percepção tira a responsabilidade dos homens agressores – uma vez que é esperado que as mulheres “contenham” a sua aparência e expressão sexual.

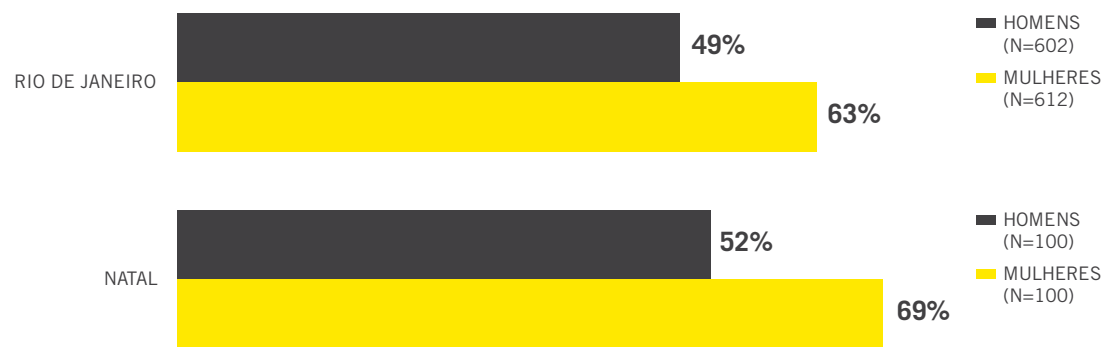
GRÁFICO 1_CONCORDARAM COM O ITEM “EM QUALQUER CASO DE ESTUPRO É NECESSÁRIO SABER SE A VÍTIMA É PROMÍSCUA OU SE TEM UMA REPUTAÇÃO RUIM NA COMUNIDADE”



Sobre relações sexuais

Quando perguntado se “o homem precisa mais de sexo do que a mulher?”, percebeu-se que há semelhanças na concordância de homens e mulheres (44% e 46%, respectivamente). O **gráfico 2** confirma a existência da crença de que o sexo significa virilidade para os homens, tanto entre homens como entre mulheres. Em relação à afirmação “o homem está sempre disposto para transar”, a porcentagem das mulheres entrevistadas do Rio de Janeiro que respondeu afirmativamente (63%) é maior do que a porcentagem dos homens em Natal (49%).

GRÁFICO 2_CONCORDARAM COM O ITEM “O HOMEM ESTÁ SEMPRE DISPOSTO PARA TRANSAR”



Questões para reflexão e recomendações

- Os resultados apresentados nesse relatório levam a crer que a questão de gênero, normas de gênero e concepções de masculinidade hegemônica devem fazer parte do debate sobre a compreensão das condições da ESCCA, tanto em termos de prevenção como de proteção e apoio a crianças e adolescentes sexualmente explorados(as).
- Existe a necessidade de se capacitar profissionais da saúde, da educação e do sistema de garantia de direitos humanos para lidar com a complexidade destas atitudes em relação à ESCCA e questionar as suas próprias visões sobre direitos sexuais e reprodutivos.
- Quando consideramos a ambivalência na percepção da ESCCA, a discussão sobre normas de gênero, masculinidades, relações desiguais de poder e direitos sexuais e reprodutivos são caminhos para a redução de atitudes homofóbicas em relação a meninos e homens jovens envolvidos na exploração sexual comercial. Em particular, essas discussões devem ser levadas a cabo em conjunto com governantes e responsáveis.
- Tanto o sistema de saúde como o de educação carece de capacitação sobre questões de gênero e sobre ESCCA e também de como apoiar e detectar casos de ESCCA, trabalhando em proximidade com o sistema judiciário e de proteção à criança.

UM EXEMPLO DE PREVENÇÃO DA ESCCA COM LENTES DE GÊNERO

No Brasil, o Promundo trabalha atualmente em parceria com a Petrobras nos 13 estados do país em que a empresa está presente. Estas capacitações resultam de parcerias ente a Petrobras e ONGs locais e pretendem contribuir para a redução da exploração sexual em locais de trabalho da Petrobras. As oficinas de dois dias incluem profissionais da saúde e educação e lideranças comunitárias e utilizam ferramentas desenvolvidas pelo Promundo, incluindo os materiais do Programa H e M. Essas ações se constituem como uma possibilidade para que a população local que trabalha com a redução da ESCCA possa refletir sobre normas e expectativas de gênero, além de colocar esta aprendizagem em prática, no desenho de abordagens preventivas.

- É necessário que profissionais de saúde, educação e do sistema de garantia de direitos estejam capacitados no que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que em seu artigo 18 dispõe sobre o dever de todos de velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- Tendo em vista que a maioria dos entrevistados disse “sim” quando perguntados sobre se deveria existir uma lei que penalizasse os homens que fazem sexo com “prostitutas” menores de 18 anos, é absolutamente necessário reforçar o aparato jurídico-legal relativo à ESCCA. O ECA, em seu artigo 244 considera crime de violência sexual: submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do artigo 2º desta lei, à prostituição ou à exploração sexual, com pena-reclusão de 4 a 10 anos e multa. Dessa forma, faz-se necessário mobilizar a sociedade civil para que cobre do Estado o cumprimento da legislação relativa a tais práticas.
- É imperativo dar visibilidade à ESCCA sofrida por adolescentes e crianças do sexo masculino, tendo em vista a relativa invisibilidade da temática, mesmo dentro de estudos e intervenções relacionadas ao tema. É necessário apoiar a realização de estudos relativos à presença de crianças e adolescentes do sexo masculino em situação de exploração sexual.

No caso dos meninos e rapazes e travestis/transsexuais faz-se necessária uma leitura que incorpore as especificidades da orientação sexual e da identidade de gênero desses coletivos: motivação, aliciamento, práticas sexuais entre outras vulnerabilidades que favorecem a entrada e a permanência em situações de abuso e exploração.

- É necessário um fortalecimento da sociedade civil organizada e do poder público, em suas articulações estaduais e nacionais, para a coleta de dados e realização de diagnósticos que forneçam diretrizes de ação para as mobilizações que visem ao enfrentamento desse problema. Além disso, é necessário monitorar a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.
- O governo deve colaborar de forma mais próxima com a sociedade civil e universidades na elaboração e aplicação de um conjunto de programas e ações e metodologias de intervenção local capazes de desencadear respostas efetivas para a superação da ESCCA.
- São necessárias mais campanhas dirigidas a homens sobre a ESCCA. Isto pressupõe ampliar em escala campanhas como a *Real men don't buy girls*¹⁹, que inclui a participação de celebridades, atores e atletas, com Kaká (jogador de futebol) como representante brasileiro. A Declaração do Rio (*MenEngage*, 2009)²⁰ e o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes²¹ reafirmaram a importância do papel de homens e jovens na prevenção da ESCCA. Os resultados desse estudo oferecem múltiplas opções sobre novas possibilidades de mensagens que as campanhas futuras podem e devem incluir. Estas campanhas devem adotar uma abordagem crítica – e encorajar os homens a incorporá-la – sobre normas relacionadas com masculinidade que naturalizam o uso de meninas com menos de 18 anos para sexo.
- Uma das possibilidades de trabalho com os homens na prevenção da ESCCA, ainda pouco explorada, está centrada no reforço do seu papel como cuidadores (tanto de si como dos outros) e enquanto pais. Homens que são cuidadores e pais participativos revelam uma forte recusa e repulsa em relação a outros homens que exploram sexualmente crianças e podem ser fortes aliados na prevenção e combate à ESCCA. Da mesma forma, uma vez que a influência de pares se revelou um forte determinante para que os homens paguem por sexo, o mesmo pode acontecer de forma inversa. Nesse sentido, campanhas como *MenCare* (www.mencare.org), que buscam envolver os homens em diferentes ações de cuidado, podem constituir uma ferramenta útil para conscientizá-los da importância do seu papel no cuidado dos(as) adolescentes, assegurando que não serão vitimados pela exploração sexual.

19. Cf. <<http://demiandashon.org/realmen>>

20. De acordo com a Declaração do Rio (I Global Symposium Engaging Men and Boys on Achieving Gender Equality, 2009), “a violência sexual cometida por alguns homens é resultado de normas sociais que toleram a exploração de mulheres e meninas, meninos e homens. A objetificação e a mercantilização de mulheres e meninas, meninos e homens naturalizam comportamentos sexuais violentos e coercitivos. Acabar com a violência sexual e a exploração requer estratégias holísticas que vão do global ao local e envolvam homens e meninos com a confrontação de atitudes e desigualdades que conferem aos homens uma posição de dominância, e também tratar todos os seres humanos com dignidade e respeito. Disponível em <<http://www.menengage.org/images/files/declaracao-rio-ingles-para.pdf>>

21. Declaração do Rio de Janeiro e Chamada para Ação para Prevenir e Eliminar a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Rio de Janeiro, 2008. Em seu artigo 44, a declaração preconiza que é necessário “conduzir pesquisas sobre padrões contemporâneos de socialização de meninos e homens através de diferentes contextos de forma a identificar fatores que promovam e fortaleçam o respeito de meninos e homens aos direitos de meninas e de mulheres e que os engaje em iniciativas de ações que os inibam e os desencorajem a se engajarem na exploração sexual de crianças e adolescentes”. Disponível em <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd/pdfs/declaracao_rj.pdf>

ALVES, Alan de Loiola. *Garotos sem programa: estudo sobre exploração sexual comercial de adolescentes do sexo masculino na cidade do Rio de Janeiro*. 2009. 194 f. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2009.

BARKER, Gary *et al.* *Evolving Men: Initial Results from the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES)*. Washington, D.C.: International Center for Research on Women (ICRW) e Rio de Janeiro: Instituto Promundo, 2011.

BARKER, Gary; RICARDO, Christine; NASCIMENTO, Marcos. *Engaging men and boys in changing gender-based inequity in health: evidence from programme interventions*. Disponível em: <http://www.who.int/gender/documents/Engaging_men_boys.pdf>. Acesso em 07 dez. 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DIÓGENES, Glória. *ViraVida: Uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil*. Brasília: Serviço Social da Indústria, 2010.

ESTOCOLMO, Suécia (1996). *Declaración y programa de acción – Primero Congreso Mundial Contra La Explotación Sexual Comercial de los Niños*. Disponível em: <http://www.csecworldcongress.org/PDF/sp/Stockholm/Outome_documents/Stockholm%20Declaration%201996_SP.pdf> Acesso em 07 dez. 2011.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edição 70, 1999, pp. 141-142.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Algumas questões sobre violência sexual contra crianças e adolescentes*. Belém, *Polêmica*, v. 1(2), p. 7-20, 1997.

FONSECA, Vanessa *et al.* *Pelo fim da exploração sexual: o que os homens podem fazer? Manual para a Sensibilização de Adolescentes de 10 a 14 anos*. Rio de Janeiro: Promundo, 2008.

GAUDAMUZ, Alvaro; CALVO, José (org). *Masculinidades em Centro América*. São José, Costa Rica: Lara Segura Editores, 2002.

GIDDENS, Anthony. *Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNIFESP, 2003.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. *A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe (Relatório Final – Brasil)*. Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

MAFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massas*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

MARINHO, Carlos de A. *et al.* *Adaptação da escala de homofobia implícita e explícita ao contexto brasileiro*. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v.4, n. 29, p 371-379, primavera 2004.

OIT/IPEC. *Explotación sexual comercial y masculinidad: Un estudio regional cualitativo con hombres de la población general*. São José, Costa Rica: Oficina Internacional Del Trabajo, 2004.

PULERWITZ, Julie; BARKER, Gary. *Measuring attitudes toward gender norms among young men in Brazil: Development and psychometric evaluation of the GEM Scale*. *Men and Masculinities*, v. 10, n. 3, Apr 2008, pp. 322-338. Disponível em: <<http://promundo.org.br/en/wp-content/uploads/2010/03/04.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2012.

RICARDO, Christine; BARKER, Gary. *Men, Masculinities, Sexual Exploitation and Sexual Violence: A Literature Review and Call for Action*. Rio de Janeiro: Promundo/MenEngage, 2008. Disponível em: <<http://www.promundo.org.br/en/reports/page/2/>>. Acesso em 30 mar. 2012.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores associados, 1996.

SAVE THE CHILDREN EUROPE GROUP. *Position paper regarding online images of sexual abuse and other internet-related sexual exploitation of Children*, ago.2005. Disponível em: <<http://resourcecentre.savethechildren.se/content/library/documents/position-paper-regarding-online-images-sexual-abuse-and-other-internet-rel>>. Acesso em 30 mar. 2012.

UNICEF. *Profiting from abuse: an investigation into the sexual exploitation of our children*. Nova Iorque: UNICEF, 2001.

SITES CONSULTADOS

www.carinhodeverdade.org.br

demiandashton.org/realmen

www.mencare.org

www.queexploraçaoeessa.com.br

www.oit.org.pe/ipec/pagina.php?seccion=63&pagina=284

www.sedh.gov.br

www.unicef.org/brazil/pt/activities_13277.htm

www.viravida.org.br/

